

Diversidade e identidade
Criando acessos para o
desenvolvimento regional sustentável

CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Suely Salgueiro Chacon (org.)
Francisco Correia de Oliveira (org.)

Diversidade e identidade
Criando acessos para o
desenvolvimento regional sustentável

G a r a m o n d

Copyright © 2012, dos autores

Direitos cedidos para esta edição à
Editora Garamond Ltda.
Rua Cândido de Oliveira, 43/101 – Rio Comprido
Cep: 20.261.115 – Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 2504-9211
E-mail: editora@garamond.com.br

Revisão

Carmem Cacciacarro

Editoração Eletrônica

Estúdio Garamond / Luiz Oliveira

Capa

Estúdio Garamond / Anderson Leal

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

PREFÁCIO

Fernando G. Tenório..... 9

APRESENTAÇÃO..... 13

Parte 1 - NOVOS OLHARES E PERSPECTIVAS

Novas perspectivas do desenvolvimento regional
nas óticas de Sen e Boisier

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez 19

Identidade cultural e desenvolvimento: novos olhares
sobre as contribuições de pensadores brasileiros

Francisco Correia de Oliveira..... 39

Políticas públicas de desenvolvimento como ferramentas
de promoção da cidadania: o caso do Cariri cearense

Ives Romero Tavares do Nascimento, Suely Salgueiro Chacon..... 73

Finanças públicas no nordeste do Brasil – os estados têm condições
financeiras para implementar políticas de desenvolvimento?

Inez Silvia Batista Castro..... 87

Parte 2 - ANÁLISE TERRITORIAL

Notas sobre gestão territorial dos campos irrigados no Brasil

*Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro, Eva Maria Campos,
Josimeiro Barreto de Sousa Rolim*..... 101

Perspectivas para a produção de biodiesel por produtores
familiares no semiárido brasileiro

Ademar Ribeiro Romeiro, Junior Ruiz Garcia..... 123

Aspectos legais, ambientais e socioeconômicos
do biodiesel no nordeste brasileiro
Diana Maria Ferreira Bezerra, Mary Lúcia Andrade Correia 145

Um modelo de gestão sustentável para geração de
eletricidade em pequenas comunidades
Victor Hugo da Silva Rosa, João Nildo de Souza Vianna..... 171

Parte 3 - ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO SOCIAL

Desafios e perspectivas econômico institucionais para
um ambiente inovador em economia solidária: estudo do caso
das regiões metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba
Rosinha Machado Carrion, Liana Carleial, Pedro de Almeida Costa.....227

Avaliando experiências de gestão social:
os impactos dos 10 anos (1998-2007) do Banco Palmas
para o desenvolvimento sustentável do território
Jeová Torres Silva Júnior, Rebeca da Rocha Grangeiro 263

O Terceiro Setor e a inserção social: o caso do
Consórcio Social da Juventude de Fortaleza – Ceará
*Francisco Antônio Barbosa Vidal,
Maria Vilma Coelho Moreira Faria* 289

Centro de Atenção Psicossocial – CAPS: possibilidade
de reinserção do indivíduo com transtorno mental
Liana de Andrade Esmeraldo Pereira, Ádamo da Silva Macedo 311

Parte 4 - EDUCAÇÃO E ACESSO

Vozes “sem eco” entoadas do nordeste do Brasil:
construtos de resistência à degradação ambiental
*Augusto Marcos Sena, Francisco Correia de Oliveira,
Suely Salgueiro Chacon* 335

| | |
|---|-----|
| Construção das agendas 21 locais no estado do Ceará: os desafios da realidade socioeconômica dos municípios <i>Bleine Queiroz Caúla, Francisco Correia de Oliveira, Valter Moura do Carmo</i> | 351 |
| Articulando saberes da educação para a paz e educação ambiental: o anúncio de uma nova era <i>Verônica Salgueiro do Nascimento, Kelma Socorro Lopes Matos</i> | 367 |
| POSFÁCIO - LIÇÕES PERENES REPETIDAS E REALÇADAS <i>Francisco Correia de Oliveira, Suely Salgueiro Chacon</i> | 381 |
| AUTORES..... | 391 |

Prefácio

Fernando G. Tenório¹

Dos anos 30 aos anos 80, a temática do presente livro – desenvolvimento – fazia parte não só das propostas de governos, como do ideário nacional, a expressão “nacional desenvolvimentismo” chegou a ser empregada para significar a necessidade de engajamento com o processo de alavancagem do Brasil. Portanto, do primeiro governo de Getúlio Vargas ao último dos militares, João Figueiredo, a preocupação com os destinos do país para desatrelá-lo da dependência externa, ainda que com diferentes vertentes, foi a tônica até então. Estudos liderados por instituições nacionais como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) ou de instituições continentais como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) deram eco à crescente demanda pela independência econômica brasileira. Durante esta cinquentena, os processos institucionais para o alcance dessa independência foram referenciados pela institucionalização do planejamento, instrumento de sistematização das carências nacionais de projeção de suas soluções; de criação de organizações regionais como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), posteriormente outras superintendências regionais foram criadas com o mesmo objetivo. Contudo, não devemos descurar da contribuição de pensadores como Raúl Prebisch a partir da Argentina e de Celso Furtado, que deram projeção ao tema.

Portanto, havia naquele período toda uma preocupação de como inserir o Brasil no contexto dos países desenvolvidos, para tanto era necessário o planejamento do país em escala nacional e as suas projeções regionais. Exemplos foram os Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) do governo Dutra (1946-51), o Plano de Metas

¹ Professor Titular na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail: tenorio@fgv.br

(Plano de Desenvolvimento Econômico) do governo Kubitschek (56-61), o Plano Trienal do governo Goulart (1961-64) e os planos nacionais de desenvolvimento (I, II e III PNDs) do período castrense (1964-85). Os planos que vieram a seguir até os dias atuais, não passaram de intenções de política fiscal e monetária sem perspectiva de política de longo prazo (Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor, Plano FHC, Plano Real). No governo Lula o ressurgimento do desenvolvimentismo tem-se dado não de forma sistêmica, mas por meio de programas, que no passado seriam setorializações de planos, como são exemplos o Programa Bolsa Família, o Programa de Agricultura Familiar e o Programa de Aceleração do Crescimento.

Na realidade, a concepção de desenvolvimento como estratégia nacional e que foi o paradigma dos anos 50 aos 80, estratégia do Estado interventor fordista, deixou de existir com o retorno no Brasil, do liberalismo econômico, alcunhado de (neo)liberalismo, no ano de 1990 com a tragicomédia do Governo Collor (1990-93). Com a ideologia do Estado mínimo, nomeadamente exercitada no governo FHC (1995-2003), expressões como desenvolvimento e planejamento somente eram encontradas nos dicionários, compêndios de história econômica, quiçá nos arquivos da imprensa escrita ou de algum entrincheirado acadêmico. A partir de então quando eram pronunciadas – desenvolvimento e/ou planejamento – quem o fazia era denominado de jurássico ou neobobo. Portanto, a cultura desenvolvimentista ficou relegada aos arquivos da história, aos “arquivos mortos”? Parece que não, pois a “resistência” confiante na importância do Estado e no planejamento como mecanismo de intervenção em prol do desenvolvimento, permaneceu. Aqui e alhures instituições universitárias deram continuidade a processos de ensino, pesquisa e extensão que não tinham o mercado com o determinante exclusivo de suas análises.

Daí que, a partir do primeiro quinquênio do presente século, no Brasil, deu-se conta de que o devaneio do Estado mínimo, do mercado como sendo o tutor do desenvolvimento, era uma visão perversa, uma vez que o mercado não era possuidor do potencial da inclusão. A gênese do movimento de compra e venda é a exclusão, a “lei do mais forte” é a que prevalece de acordo com a também “lei da oferta e

da procura”. O mercado é cego. Por sua vez, com o desmantelamento nos anos 90 do Estado brasileiro, segundo os cânones e pregoeiros do “Consenso de Washington”, o tema da inclusão social, por exemplo, ficou relegado a intervenções pontuais, focalismo neoliberal, e/ou delegadas a sociedade civil organizada que não tinha efetiva capacidade de atender a todas as carências do que vem padecendo boa parte da população brasileira. Paupérie apenas relacionada a questões de natureza social como alimentação, educação, habitação, saúde são exemplos. Aquelas de infraestrutura viária e urbana, ou voltadas à produção, também se esperava que o “deus mercado”, através de suas milagrarias, solucionasse as nossas históricas insuficiências.

Eis que não só o Estado continua “mostrando a sua cara”, vide o seu papel em todo o mundo na manutenção do mercado depois de setembro de 2009, como as temáticas desenvolvimento e planejamento têm sido retomadas com mais ênfase. Claro que hoje as propostas de desenvolvimento surgem na sua timidez regional e/ou adjetivado como sustentável. Diferenciando-se, portanto, daquelas de inspiração universalizante dos anos 50 a 80. Naquela época, os dirigentes e/ou orgânicos intelectuais brasileiros, pensavam o planejamento do desenvolvimento nacional e por via de consequência de suas regiões, desde um olhar do “centro” (capital) a “periferia” (interior). A gestão tecnoburocrática prevalecendo em detrimento de um processo concertado com a sociedade. Não querendo dizer com isto que a tecnoburocracia, mesmo aquela do período castrense, não tinha anseios de promover o desenvolvimento nacional, mesmo que fosse a custa da democracia. Contemporaneamente, o ideário desenvolvimentista tenta aproximar o pensar do sentir e garantir o futuro de seus desejos.

Para tanto, parece ser que os enfoques que hoje em dia discutem o desenvolvimento, tentam aproximar-se do sentir, isto é, da população que vive o(s) problema(s) a ser(em) solucionado(s) por meio de processos decisórios dialógicos e que garantam que o que há de vir suporte as necessidades dos que virão. Processos decisórios dialógicos, também conhecidos como gestão social, são ações gerenciais cujos arranjos institucionais de implementação de suas decisões, são compartilhados entre os diversos atores da sociedade determinante. Assim, o presente

conjunto de textos coordenado pelos professores Suely e Francisco contribuirão, insuspeitadamente, para divulgar novas formas de reflexão sobre o desenvolvimento a partir de experiências, notadamente, do semiárido brasileiro. Região que desde os primórdios da discussão desenvolvimentista, tem sido objeto de teorias e práticas com o intento de minorar as suas perenes carências. Portanto, este é o momento adequado para divulgação de conceitos e exercícios que venham contribuir não só para testemunhar, mas estimular a discussão de conhecimentos que estavam sendo relegados aos arquivos da história.